



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DEHIS

TERRITÓRIO E PROCESSO EDUCATIVO: UMA PROPOSTA DECOLONIAL NO
ENSINO DE HISTÓRIA

LUANA BRUNELY DA SILVA

MARIANA
MINAS GERAIS
2024

LUANA BRUNELY DA SILVA

TERRITÓRIO E PROCESSO EDUCATIVO: UMA PROPOSTA DECOLONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso proposto na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Departamento de História (DEHIS) como requisito basilar para a conclusão do curso de Licenciatura em História.

Orientador: Dr. Álvaro de Araújo Antunes¹

MARIANA
MINAS GERAIS
2024

¹Professor associado do Departamento de História (DEHIS), no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
E-mail: alvaro.antunes@ufop.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM
HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Luana Brunely da Silva

**Território e processo educativo: uma proposta
decolonial no ensino de história.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada

Aprovada em 11 de outubro de 2024

Membros da banca

Dr. Álvaro de Araujo Antunes Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Alfredo Nava Sánchez - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Me. Thiago Gomes Medeiros - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Álvaro de Araujo Antunes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de
Conclusão de Curso da UFOP em 06/11/2024



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro de Araujo Antunes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/11/2024,
às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0800537** e o código CRC **29EE8A84**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os meus ancestrais por terem aberto os caminhos, me fortalecendo nessa caminhada. Também agradeço aos meus pais, Isabel Cristina de Oliveira e Pedro Eles da Silva por terem me formado primeiro em casa para que depois eu chegasse nesse encerramento de ciclo no ambiente universitário. Gostaria também de agradecer aos meus irmãos mais novos, Ana Karolina e Washington Oliveira, por ter me dado inspiração para chegar até aqui, pois sei que meu objetivo é me tornar uma inspiração para os dois. Também agradeço meus irmãos mais velhos Vinícios Oliveira, Olamar Evandro e Karina da Silva e todo o restante da minha família. Vocês me fortaleceram nessa caminhada. Não poderia deixar de agradecer ao irmão que a vida me deu, Vitor Rocha Damasceno, pois sem a sua presença na minha vida eu não teria conseguido terminar a UFOP. Agradeço também meu parceiro, Edson Vinicius por estar ao meu lado nos períodos mais difíceis da graduação. Também agradeço aos meus amigos, Maria Eduarda, Vittor Policarpo, Bruno Rocha, Matheus, Leon e as meninas da república Flor de Liz em especial a Laís, Jennifer, Marina e Júlia, vocês foram e são mais que amigas para mim. Agradeço imensamente as professoras Janete Flor de Maio e a Raquel Pataxó, por terem me fortalecido como uma pesquisadora negra e periférica. Não menos importante, gostaria de agradecer à família que formei nesse último período da faculdade que é o coletivo Conexão Zulu. A criação desse coletivo ressignificou minha passagem pela Universidade Pública e me fortaleceu para chegar até aqui. Por isso, Mírian, Paulo, Vitor, Matheus, Ana e Natanael, vocês foram essenciais para não desistir do meu diploma. Também não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal de Ouro Preto que me proporcionou uma experiência de ensino muito importante para minha formação como pessoa e profissional.

Que Exú possa me acompanhar nesse ciclo novo que se inicia na minha vida! Laroyê
Exú

RESUMO

A construção do conhecimento ocidental colonial, com base na Modernidade, buscou estruturar um modelo de racionalidade como único e verdadeiro. A partir dos seus paradigmas deslegitimou outros conhecimentos ao denominá-los como irracionais. Ou seja, a partir do século XV, consolidou-se uma cientificidade galgada em uma ideologia eurocêntrica e colonial que negava os saberes não brancos, sendo vistos a partir desse momento, como: subalternizados, mitológicos e não científicos. Exemplo dessa tentativa de apagamento das formas alternativas de saber se encontra na historiografia oficial brasileira em relação à História pré-colonial, praticamente inexplorada nas escolas e livros didáticos. Normalmente, a formação do Brasil é narrada a partir da invasão portuguesa, negando-se a existência dos milhares de povos que habitavam no território antes de “Vera Cruz”. Isso dito, é intuito deste trabalho de conclusão de curso propor um projeto de ensino e aprendizagem voltado para o ensino de história pré-brasil nas escolas convencionais, possibilitando a visibilidade dos milhares de povos que existiam anteriormente ao ano de 1500 presentes na região dos Inconfidentes. Acredita-se que esse resgate educacional, para além de relativizar as formas convencionais de ensino e promover a crítica das verdades coloniais, permite ressaltar a agência dos povos originários, bem como sentimentos de identificação e empatia entre os alunos. Nesse sentido, esse TCC constroi uma proposta didática que pode ser usada em sala de aula, mas também em espaços não formais de educação, visando o entendimento da relação dos povos originários com o território através dos vestígios arqueológicos e do contato com práticas culturais indígenas no contexto do estado de Minas Gerais, em específico o povo Borum-Kren. Além disso, essa atividade visa possibilitar uma discussão sobre as novas práticas de ensino que podem ser usadas nas escolas convencionais de modo que essa didática decolonial crie condições para construção de algo emancipatório no ensino de história.

Palavras chaves: Pedagogia decolonial, Ensino de História e História indígena.

ABSTRACT

The construction of Western colonial knowledge, based on Modernity, sought to structure a model of rationality as the only true one. Through its paradigms, it delegitimized other forms of knowledge by labeling them as irrational. In other words, from the 15th century onwards, a scientific framework was consolidated under a Eurocentric and colonial ideology that denied non-white knowledge, perceiving it as subordinated, mythological, and unscientific. An example of this attempt to erase alternative ways of knowing can be found in official Brazilian historiography regarding pre-colonial history, which is practically unexplored in schools and textbooks. Typically, Brazil's formation is narrated from the Portuguese invasion, disregarding the existence of thousands of peoples who inhabited the territory before Vera Cruz. That being said, the purpose of this undergraduate thesis is to propose a teaching and learning project focused on pre-Brazil history education in conventional schools, making visible the thousands of peoples who existed before the year 1500 in the Inconfidentes region. It is believed that this educational recovery, beyond relativizing conventional teaching methods and fostering a critique of colonial truths, allows for the recognition of indigenous agency as well as fostering identification and empathy among students. In this context, this thesis builds a didactic proposal that can be used in the classroom as well as in informal education spaces, aiming to understand the relationship of indigenous peoples with the territory through archaeological remains and interaction with indigenous cultural practices in the state of Minas Gerais, specifically the Borum-Kren people. Furthermore, this activity aims to enable a discussion about new teaching practices that can be applied in conventional schools so that this decolonial pedagogy creates conditions for an emancipatory approach to history education.

Keywords: Decolonial Pedagogy; History Teaching; Indigenous History

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografias realizadas durante a atividade de encerramento do grupo de estudos Jagy Nak	20
Figura 2 - Eventos organizados pelo povo Borum-Kren (intervenção do festival de Inverno em 2023 e a atividade em comemoração ao mês dos povos originários em Abril de 2024).....	24
Figura 3 - Registro da gravação do podcast.....	25
Figura 4- Registro da participação como comunicadora no IV Seminário Internacional de História e Educação: Contextos, desafios e perspectivas na formação docente na América Latina, no dia 26 de Agosto de 2024	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A CONSTRUÇÃO DE UMA DIDÁTICA DECOLONIAL.....	9
3. O TERRITÓRIO COMO ACERVO DA PRESENÇA INDIGENA EM MINAS GERAIS PRÉ-COLÔNIA	14
4. MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E RESULTADOS DO ESTUDO DE CAMPO.....	20
5. PLANO DE AULA.....	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	37

1. INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento ocidental, com base na Modernidade, buscou estruturar um modelo de racionalidade que seria único e verdadeiro. A partir dos seus paradigmas deslegitimou outros conhecimentos como irracionais. Ou seja, a partir do século XV, consolidou-se uma cientificidade galgada em uma ideologia eurocêntrica e colonial que negava os saberes não brancos, vistos como: subalternizados, mitológicos e não científicos.

Nesse sentido, os intelectuais europeus, ao demarcarem o seu modelo de conhecimento científico, buscaram silenciar outros saberes concorrentes, com largo sucesso, para estabelecerem uma dominância ocidental.

Exemplo dessa tentativa de apagamento se encontra na historiografia oficial brasileira em relação à história do território e as interações sociais e políticas estabelecidos pelos habitantes antes da colonização. A história pré-colonial é frequentemente apagada nos livros didáticos e nos materiais pedagógicos e na maioria das vezes a história da formação do Brasil é demarcada a partir de 1500, negando-se a existência de milhares povos em prol de uma história cujo protagonista é do homem branco europeu e/ou o estado português. Deste modo, nega-se toda a existência de milhares de narrativas dos povos presentes em Pindorama² é também uma tentativa de silenciamento dos conhecimentos e tecnologias desenvolvidos por essas pessoas milhares de anos antes da chegada dos europeus. Tal postura promove a construção de uma história única, centrada nos feitos da Europa ao reafirmar que a Europa é o berço da construção dos saberes para humanidade como um todo. Portanto, o domínio do conhecimento e a sua construção científica legitimam e validam o que “é” ou o que “não é” verdadeiro com base em paradigmas modernos europeus, tal como o discurso civilizador e religioso, por exemplo:

Com a conquista do Novo Mundo em 1492 e depois a descoberta do Brasil em 1500 houve um fluxo contínuo de europeus por estas terras recém encontradas. Esse movimento trouxe consigo a invisibilização e subalternização do outro. Essa expressão Totalmente Outro se refere ao aspecto do modo como o colonizador vê o colonizado, ou seja, o vê não de forma empática, mas o vê como aquele que não tem nada em comum, sem qualquer possibilidade de similaridade (Chaves, 2021, p.125).

Por anos, a História brasileira apresentada nos livros didáticos escolares, tratou os povos indígenas como primitivos, irracionais, selvagens e heréticos. De forma pouco crítica,

² “Pindorama” é o nome dado ao território brasileiro antes do processo de colonização. Esse nome significa “terra das palmeiras” ou “região das palmeiras”. Esse termo, também é utilizado para simbolizar o tempo em que o Brasil era habitado exclusivamente por povos originários.

essa realidade se estruturou com base nos discursos documentados dos colonizadores que atribuíram aos povos originários, papéis utilitários (trabalhadores, força militar, povoadores) ou de pura irrelevância. Neste sentido em específico, buscavam apagar a condição do indígena como sujeito histórico, isto é, como agente de uma história: milenar, vasta, variada e vigorosa. Os efeitos dessas posturas coloniais incorporadas aos livros didáticos acabam por inviabilizar a diversidade cultural indígena e ao mesmo tempo a pluralidade dos povos originários.

Segundo Thiago Cavalcante (2011), existe uma perspectiva histórica que, em projeção etnográfica, retrata os povos indígenas como “eternos”, “fossilizados” ou “estáticos”, praticamente destituídos de história³. Há pelo menos dois riscos nessas perspectivas: ignorar-se as mudanças históricas dos povos originários em sua longa história e atenuar-se os efeitos devastadores do processo concebido como “civilizatório” nos períodos colonial, imperial e republicano. Esse congelamento nega a própria resistência e consciência histórica dos povos indígenas, posto que contradiz a cientificidade da história europeia⁴.

Ana Zema (2022) evidencia que essa deslegitimação dos saberes indígenas cortou a relação deles com o seu próprio território e o direito de ser autodeterminado, o que resultou na marginalização e silenciamento dessas populações⁵.

Uma forma de encontrar a resistência dos povos originários anteriores ao pré-brasil, se encontra na preservação dos seus saberes, sua herança e suas memórias culturais nos “fragmentos da terra”⁶. Isto é, os vestígios históricos ancestrais que preservam a memória dos povos indígenas se encontram na “Mãe Terra”. Essa memória está imersa no patrimônio ecológico.

Em vista disso, a proposta desse projeto é construir um plano didático voltado à história pré-colonial que possa ser usado em sala de aula para alunos do 6º ano do ensino Fundamental. Para tanto, adota uma epistemologia indígena. As epistemologias indígenas fazem parte de um processo de desconstrução de teorias que tendem a isolar e marginalizar os saberes originário no contexto da produção de conhecimento ocidental e do pensamento cientificista, “um Epistemicídio que acompanha a história dos povos indígenas (Perreira; Brasileiro, 2023, p.176). Desse modo, parte da própria consciência histórica dos povos originários localizados no estado de Minas Gerais, na região dos Inconfidentes, em específico o povo Borum-Kren, para construir a proposta didática .

³ Cavalcante, 2011, p.353.

⁴ A intenção é se referir à História como ciência, ou seja, a história factual, baseada em uma pesquisa empírica.

⁵ Zema, 2022, p.35

⁶ Jecupé, 2020, p.20

Em conjunto, o que se pretende também no presente trabalho é possibilitar uma discussão sobre as novas práticas de ensino e metodologia que podem ser usadas nas escolas convencionais como uma didática decolonial que resgata a história indígena buscando criar condições para a construção de um pensamento crítico e emancipatório no ensino de História.

2. A CONSTRUÇÃO DE UMA DIDÁTICA DECOLONIAL

A didática é uma disciplina teórica que se ocupa de estudar a ação pedagógica, as práticas de ensino, e que tem como missão descrevê-las, explicá-las e fundamentar e enunciar normas para a melhor resolução de problemas sociais (Abdalla, 2012, p.1).

Para buscar entender o papel da didática como um conhecimento que opera a forma (como fazer) e o fazer (o que fazer), segundo Maria Abdalla (2012), é preciso entender a didática enquanto campo de estudo que contribui para sedimentar um espaço de reflexão e de diálogo entre a teoria e a prática⁷. Conforme Abdala, o “pensar” em como transmitir um determinado conhecimento requer um “aprender a ensinar”. Isto é, as questões envolvidas na didática também se relacionam com as bases da própria profissão do professor, o que envolve a seleção dos conteúdos a serem ensinados em sala de aula.

Quando um profissional entra no magistério, as referências que prevalecem em termos de didática e prática de ensino, são aquelas identificadas com os modelos técnicos, ou seja, o docente é aquele que coloca em prática os conteúdos adquiridos na formação teórica inicial da ciência de referência. Nesta perspectiva, os modelos de planejamento de ensino, seleção de conteúdos e avaliação da aprendizagem, constituem-se como operacionalização automática do conhecimento apreendido na formação bacharelesca.

Em relação ao planejamento de ensino, predominou por longos anos uma dimensão técnica, onde a prática do planejamento é formalizada, ritualística, normalmente cópia de um produto ideal acabado ou se constituía num planejamento proforma, para o simples cumprimento de normas burocráticas. Este modelo na formação docente exige que o futuro profissional da educação domine primeiramente os conhecimentos científicos, as regras, os princípios gerais das ciências básicas, para depois aplicá-los. Sua prática se resumiria apenas em escolher os meios e planejar cada etapa dos procedimentos a serem aplicados no ensino para a obtenção de metas, tornando-se uma atividade meramente instrumental.

⁷ ibidem

Em relação a seleção de conteúdos, há uma concepção dominante de muitos docentes em associar os conteúdos de ensino aos conhecimentos de cada disciplina que devem ser transmitidos aos alunos. Embora isso não seja totalmente falso, tal associação aponta para uma concepção estática do processo de ensino e aprendizagem, na medida em que não concebe a seleção e a transmissão desses conteúdos como um processo de intenso intercâmbio de saberes entre professor e aluno (Oliveira, 2018, p.2).

Ou seja, no ensino convencional a seleção dos objetos, formas ou estratégias de ensino para se transmitir um conhecimento didatizado muitas das vezes se estrutura a partir de uma relação mecânica⁸. Essa prática reafirma uma visão tradicionalista relacionada ao contexto educativo, que muitas das vezes provoca um ensino racista que (re)produz violências no processo educativo. Diante disso, para propor uma didática decolonial em sala de aula que parta de uma epistemologia do Sul, conforme Pedro Chaves (2021) explica, é necessário romper com os paradigmas tradicionais da didática única, que centraliza os valores eurocêntricos e imperialista, ao mesmo tempo que categoriza os saberes não brancos como inferiores e irracionais⁹. Ao apresentar possibilidades de didáticas decoloniais a serem utilizadas em salas de aula tradicionais, abre-se espaço para a valorização da cultura e da tradição dos povos indígenas, potencializando a ruptura de barreiras sociais e abrindo possibilidades de diálogos e construção de conhecimento.

Logo, a didática decolonial permite construir um ensino reflexivo, teórico e politicamente capaz de combater o racismo no processo de ensino. Segundo Luiz Oliveira, a construção de um ensino que aborde a questão das relações étnico-raciais precisa partir de duas concepções:

[...] a primeira é que não é possível pensar uma educação para as relações étnico-raciais se não levarmos em consideração uma didática militante, ou seja, uma didática antirracista. E a segunda ideia, é aquela em que se afirma que o conhecimento escolar para as relações étnico-raciais, anuncia uma nova perspectiva para se pensar a formação docente nesta área de conhecimento e pesquisa (Oliveira, 2018, p.8).

Ou seja, ao romper com a lógica de construção do conhecimento colonial e os modos de mediar os saberes no ensino de História, busca-se evidenciar em sala de aula a visão dos subalternizados, propondo uma reescrita da História de baixo para cima.

⁸ Abdalla, 2012, p.1-2

⁹ Chaves, 2021, p.16-19

Vale ressaltar também que grande parte das pessoas indígenas completam seus ciclos escolares em escolas convencionais, o que se torna uma violência para essas pessoas, na medida em que ocorre um apagamento ético e a invalidação dos seus saberes ao longo da sua trajetória escolar. Tal realidade pode ser identificada na fala da indígena Bárbara Flores Borun-Kren, assim aponta (2023, p.55):

Nas aulas de História, me ensinaram que nós, indígenas, havíamos sido dizimados, que dos povos originários “apenas” herdamos alguns costumes e palavras do vocabulário. Por trás da minha introversão naqueles ambientes, estava escondida uma grande dor. Chorava internamente com aquelas informações.

Essa realidade, apontada no exemplo anterior, se torna uma violência que marca a trajetória educacional de pessoas indígenas, o que pode levar a um desempenho insatisfatório nos espaços educacionais. No ensino formativo, as identidades de seus parentes -maneira pela qual os povos originários tratam-se mutuamente - e a sua são dissociadas das próprias culturas, línguas, e formas de compreender e conceber a educação (Valim; Danner, 2023,p.156). Desse modo, é necessário incorporar no processo de ensino novas práticas pedagógicas que reconheçam os povos originários brasileiros e trabalhem com seus conhecimentos em sala de aula.

A epistemologia indígena, ou seja, o estudo do conhecimento originário, aponta que é necessário entender os saberes originários dentro de uma pluralidade (Valim e Danner, 2023, p.157). Ou seja, existem diversas epistemologias. Cada povo possui sua maneira de construir sua cosmogonia. Exemplo dessa construção de pensamento se encontra na obra *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa (2015). No pensamento yanomami, o conhecimento não é desvinculado do onírico e do saber xamânico.

Os Yanomami constituem uma sociedade de caçadores-coletores e agricultores de coivara que ocupam um espaço de floresta tropical de aproximadamente 230 mil quilômetros quadrados, nas duas vertentes da serra Parima, divisor de águas entre o alto Orinoco (no sul da Venezuela) e a margem esquerda do rio Negro, norte do Brasil (Kopenawa, 2015, p.95). Sua população forma um vasto conjunto linguístico e cultural isolado, o qual é subdividido em várias línguas e dialetos aparentados. Sua população total é estimada em mais de 33 mil pessoas repartidas em cerca de 640 comunidades, o que faz deles um dos maiores grupos ameríndios da Amazônia que conservam em larga medida seu modo de vida tradicional (Valim; Danner, 2023,p.159). Na obra *A Queda do Céu*, Kopenawa revela a profundidade da

cosmovisão yanomami que busca sua sabedoria diferente dos padrões presentes na sociedade ocidental. É possível notar isso, quando ele expõe:

Nós, Yanomami, quando queremos conhecer as coisas, esforçamo-nos para vê-las no sonho. Esse é o nosso modo de ganhar conhecimento. Foi, portanto, seguindo esse costume que também eu aprendi a ver. Meus antigos não me fizeram apenas repetir suas palavras. Fizeram-me beber yãkõana e permitiram que eu mesmo contemplasse a dança dos espíritos no tempo do sonho. Deram-me seus próprios xapiri e me disseram: “Olhe! Admire a beleza dos espíritos! Quando estivermos mortos, você continuará a fazê-los descer, como nós fazemos hoje. Sem eles, seu pensamento não poderá entender as coisas. Continuará na escuridão e no esquecimento! (Kopenawa, 2015, p.465).

Esse conhecimento é adquirido em meio aos espíritos da floresta Amazônica e não por via de livros e suas teorias. A forma como a epistemologia yanomami se constitui está intimamente vinculada à espiritualidade e ao mundo ancestral por meio dos sonhos. Logo Kopenawa mostra que:

Os brancos nos chamam de ignorantes apenas porque somos gente diferente deles. Na verdade, é o pensamento deles que se mostra curto e obscuro. Não consegue se expandir e se elevar, porque eles querem ignorar a morte. [...] Ficam sempre bebendo cachaça e cerveja, que lhes esquentam e esfumaçam o peito. É por isso que suas palavras ficam tão ruins e emaranhadas. Não queremos mais ouvi-las. Para nós, a política é outra coisa. São as palavras de Omama e dos xapiri que ele nos deixou. São as palavras que escutamos no tempo dos sonhos e que preferimos, pois são nossas mesmo. Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas só sonham consigo mesmos (2015, p.37).

Ou seja, “Omama” fixou as palavras dentro das pessoas e não em folhas de papel e os sonhos é uma forma dos espíritos revelarem os segredos (Kopenawa, 2015, p. 76). Esse ponto é importante porque revela que a educação indígena não carece da escrita, conforme é realizado no processo de ensino convencional.

Outro exemplo da epistemologia indígena brasileira, se encontra no povo Mbyá Guaraní presentes na obra "Ayvu Rapyta" (1959) redigida por León Cadogan. Ayvu Rapyta, grosso modo, seria a tradução aproximada do que poderia ser entendido como fundamento da língua humana (Valim; Danner, 2023,p.121). Originalmente este texto vem da tradição oral dos Mbyá Guaraní e essa memória é restrita a poucos integrantes da comunidade indígena.

Porém, por conta da confiança que o povo depositou no Cadogan ao longo de 6 anos de pesquisa, ele conseguiu autorização para conhecer as palavras sagradas e transcrevê-las em seu livro.

Por meio desse contato, foi possível estruturar o Ayvu Rapyta e revelar o conceito ontológico de ser humano (essência do ser) presente nessa epistemologia que é a dualidade que existe entre a alma e a palavra (Metafísica Guarani). O Ayyu Rapyta também possui uma Cosmogonia própria, na qual existem relatos da criação do cosmos, na qual se originou o Criador (Nhamandú {Ñande Ru} Tenondé) etc. Nota-se aqui o Gênesis Mbyá Guarani contendo todo o relato da criação através da ótica deste povo (Valim; Danner, 2023,p.121). Esse estudo desvendou uma liturgia completa, com hinos, orações, revelações sobrenaturais, bem como uma forte presença da medicina ancestral com suas receitas de medicamentos para curar as mais variadas enfermidades. Também foi identificada a presença de normas sociais variadas que regem o convívio daqueles que fazem parte da comunidade (Valim; Danner, 2023,p.122-123). Enfim, o que se revela nesse estudo é a complexidade de um povo originário que preserva e propaga sua sabedoria.

Desse modo, para entender as memórias culturais indígenas e suas epistemologias é necessário buscar seus ensinamentos no território ou na linguagem indígena, “Mãe Terra”, pois grande parte da cultura ancestral dos povos originários se conecta a ela. Para Kaká Werá Jecupé que é um jornalista, ambientalista e pertence ao povo Tapuia e acolhido pela comunidade Guarani, essa relação com a Terra é fundamental para os povos desenvolverem suas cosmogonias.

As diversas tribos se comunicavam, cada uma a seu modo, com os espíritos da terra e suas divindades, ou seja, com as outras formas de vida: os seres da terra, da água, do fogo e do ar, os espíritos superiores, como os seres-trovoes, seres-estrelas, seres-arcos-íris; os espíritos intermediação, por exemplo, povo-planta, povo-pedra e os animais. Desenvolveram uma sensibilidade para sentir e contatar e interagir com as energias da terra, respeitando-a como divindade. Desenvolveram uma compreensão das polaridades que regem a vida presente, em todas as vidas, a qual nomearam: sol e a lua, o movimento e repouso, o feminino e emblema masculino), o dia e a noite, o Jeguaka e Jasuka (emblema feminino e o masculino), o Katami e o Wakame (Jecupé, 2022, p.35).

Conforme o relato do Ailton Krenak no documentário *Guerra do Brasil: A conquista* (2020) existiram no pré-brasil cerca de 840 milhões de habitantes que viviam no território,

antes da chegada dos colonizadores. Existiram diversas sociedades complexas, organizadas de maneira hierárquica e política. Tratava-se, portanto, de uma população heterogênea, tanto em aspectos sociais e culturais, que deve ser ressaltada no processo de ensino e aprendizado. Considerando o mundo indígena como policêntrico é possível distinguir diversidades que não implicam em escalas de desenvolvimento, mesmo porque o pensamento decolonial não adotaria um índice para classificá-las. Segundo Krenak (2019), um exemplo dessa autonomia e pluralidade indígena seria os Guaranis que tinham compreensão de si enquanto povo com mais de quatro mil anos de história antes da invasão¹⁰. Um povo cuja história envolvia o contato com outras etnias andinas em luta por territórios. Essas disputas políticas formaram uma parábola, apontada por Krenak, como uma cosmogonia onde os Guaranis circulavam e caminhavam em busca dessa “tal de terras sem males”¹¹.

Assim, a partir de uma didática decolonial espera-se que o silenciamento indígena seja rompido por meio de um projeto político que entenda as práticas educativas como uma prática militante. Essa atitude em sala de aula é importante para não reproduzir desigualdades sociais e se propor a construir uma educação problematizadora que esteja engajada com o ensino que possibilita mudanças de paradigmas sociais em prol da valorização e preservação dos saberes e conhecimentos invisibilizados na História por conta do colonialismo¹².

3. O TERRITÓRIO COMO ACERVO DA MEMÓRIA INDÍGENA EM MINAS GERAIS NA PRÉ-COLÔNIA

A História dos Indígenas no território do Estado de Minas Gerais não se dá a partir do achamento do ouro nas terras mineiras e, ao contrário do que se escreveu sobre os indígenas em Minas, eles não foram exterminados (Deus, 2023, p.11).

Segundo Manuela da Cunha (1992, p.16), existem diversas armadilhas no conhecimento sobre a história pré-colonial brasileira. Uma das mais comuns é a noção de primitivismo. Cunha aponta que na segunda metade do século XIX, período de expansão do evolucionismo, se propagou a ideia de que algumas sociedades evoluíram enquanto outras não. Essas sociedades “primitivas” começaram a ser entendidas como infantis ou como um

¹⁰ Entrevista realizada para o documentário: Guerras do Brasil.doc.; Bolognesi, Luiz; episódio 4 “A revolução de 30”, Adora Cinema. 2019; disponível em: <https://www.adorocinema.com/series/serie-25060/>

¹¹ Entrevista realizada para o documentário: Guerras do Brasil.doc.; Bolognesi, Luiz; episódio 4 “A revolução de 30”, Adora Cinema. 2019; disponível em: <https://www.adorocinema.com/series/serie-25060/>

¹² Jônatas, 2021, p.110.

estágio primário da civilização. Esse pensamento, fossiliza a ideia que, no passado, essas sociedades não possuíam conhecimento, tecnologias, cultura, sociabilidade e modelo político próprios (Cunha, 1992, p. 16-17).

Em conjunto com os apontamentos, Cunha explica que uma das formas de resgatar essa memória da população originária se encontra nos vestígios arqueológicos. Esses fragmentos representam um tecido social mais complexo e abrangente que cobria o que hoje é o território brasileiro (Cunha, 1992, p. 16-17). Os estudos arqueológicos são um dos caminhos que permite reconstruir as origens e os desenvolvimentos das sociedades, como povos originários do Brasil, por meio dos vestígios.

A construção do patrimônio arqueológico engloba todos os vestígios da existência humana e as mudanças pelas quais passou o ambiente. Isso permite entender as raízes culturais e o modelo de sociabilidade das sociedades do passado (Oliveira, 2019, p.6). Para além disso, esses vestígios favorecem o reconhecimento dos saberes e técnicas usadas para fabricar ferramentas ou até mesmo resquícios materiais revestidos de memória que representam espiritualidades e experiências históricas vivenciadas pelos ancestrais dos ameríndios.

Por meio dessas fontes é possível entender o conhecimento, os saberes e as histórias dos povos indígenas no Brasil antes da invasão portuguesa, através do território, que é um acervo da memória dos povos originários. Cada povo originário desenvolveu suas tecnologias, cultura, arte, política e cosmogonia a partir da relação do sujeito com a terra, ancestralidade e sociabilidade estabelecidas no espaço geográfico. Assim, conforme Francisco Noelli e Pedro Funari (2005, p.95), o trabalho arqueológico é entendido no mundo contemporâneo como uma busca pela memória das mais antigas sociedades. Isso porque, segundo os autores, essas fontes trazem consigo uma experiência histórica do Velho Mundo para esboçar o que teria sido a “pré-história” brasileira.

Exemplo disso, pode ser identificado na exposição nomeada “Diversidade em contexto arqueológicos indígenas de Minas Gerais ao longo dos últimos quatorze mil anos”, realizada pela equipe de arqueólogos e estudantes do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG coordenado pelos professores André Prous e Andrei Isnardis, implantada no espaço da Casa da Lagoa em Belo Horizonte. Essa exposição visou identificar a diversidade das populações indígenas, suas tecnologias, artes e crenças, ao longo de milênios, no território de Minas Gerais. A exposição cuidou de identificar as peculiaridades culturais dos povos que habitaram a região, o que implica em considerar as adaptações às condições ambientais locais.

Nessa mostra, buscou-se evidenciar a diversidade temporal e espacial de quatro regiões de Minas: o Vale do Rio Doce, a Serra do Espinhaço, a Caixa d'Água de Buritizeiro e o Vale do Rio Peruaçu. O espaço da amostra que representa o Sítio do Vale do Rio Peruaçu, no município de Januária e Itacarambi, evidencia um ambiente repleto de cavernas, abrigos rochosos, grandes paredões e estreitas gargantas com matas de galeria. Na região encontram-se vestígios humanos e pinturas rupestres que remontam ao período de 12000 a 8000 anos. Na exposição, há uma reprodução de um abrigo que auxilia compreender como viveram os povos originários daquela região. Eram acampamentos temporários, espaço de manutenção das ferramentas de pedra lascada, aquecidos e iluminados por fogueiras que também serviam para o preparo de vegetais e animais. Já as moradias principais ficavam à céu aberto, o que contraria a ideia de que na “pré-história” as pessoas moravam somente em cavernas (Isnardis e Prous, 2019, p.11).

No período pré-colonial mais recente, entre 1500 e 400 anos antes do presente, os abrigos, no território Lapas do Boquete e do Malhador e da Hora, foram habitados por um grupo relativamente grande, como se pode deduzir do conjunto numeroso de sepultamentos, nos quais os corpos eram acompanhados de estruturas feitas de fibras o que demonstra não só a capacidade de cestaria como também um senso cerimonial de morte. Essas estruturas estavam cheias de materiais orgânicos: coquinhos inteiros e partidos, espigas de milho, sementes de frutas, amendoim, raízes de mandioca (com marca de estarem raladas) em conjunto com plantas cultivadas e nativas do cerrado.

Os sepultamentos desse período foram marcados pela deposição dos corpos inteiros, na posição de assento, com as pernas flexionadas e as mãos no colo. Ao que tudo indica, havia a crença de que esses objetos iriam acompanhar o morto no pós vida segundo os pesquisadores da esvação. Em um dos sepultamentos encontrados no sítio e apresentado na exposição continha armas, ferramentas, farpas, um balaio feito com argila, lâminas de machado de pedras polidas, raspadeira e outros elementos acompanhado do corpo de um homem adulto (Isnardis e Prous, 2019, p.12).

Com os vestígios encontrados foi possível perceber e identificar a cultura e sociedade dos povos originários. São resquícios que permitem conhecer os alimentos, as técnicas utilizadas, a relação com o ambiente, o uso de materiais diversos, as formas de lidar com a morte, enfim, todo um universo complexo de vivência que normalmente escapa ao ensino tradicional sobre a história pré-colonial.

Outra mostra presente na exposição é a do Sítio Caixa d'Água, de Buritizeiro, localizado na margem do Rio São Francisco. Esse território foi ocupado há cerca de 10 500

radiocarbono (12 300 antes do calendário anterior). Possivelmente a população que ocupava o território era formada por pescadores. Foram encontrados nesse sítio, artefatos de pedra, restos orgânicos, lascas cortantes de pedra usada como facas e uma lâmina de machado polido, uma das mais antigas no Brasil. Também nesse espaço, foi realizado estudos dos grãos de pólen dessa época, através dos quais foi possível distinguir condições climáticas e botânicas diferentes do atual, com a ausência dos grandes buritizais típicos da região, por exemplo. (Isnardis e Prous, 2019, p.13).

Na escavação deste sítio arqueológico, também foi possível verificar que, entre 6100 e 5000 anos antes do presente atrás (6900 - 5700 do atual calendário atrás), outra população habitou o local e enterrou seus corpos. Nessa zona de ocupação, foi encontrada uma grande quantidade de instrumentos de pedra lascada, formatados para cortar (facas), raspar (raspadores para trabalhar madeira e peles) ou perfurar, incluindo pontas de projéteis para a caça. A maioria das pedras encontradas era retiradas do rio e de cascalheiras vizinhas (seixos). Os objetos mais delicados, que necessitam mais habilidade técnica, eram feitos com materiais de melhor qualidade (sílex, quartzo) coletados a vários quilômetros do sítio. Nesse local, foram encontrados restos de alimentos (entre os quais, ossos de peixe) (Isnardis e Prous, 2019, p.14).

Na amostra dos abrigos da Serra do Espinhaço, localizada no centro de Minas Gerais, as pesquisas do setor de arqueologia MHNJB¹³ foram desenvolvidas na região de Diamantina e Serra do Cipó. Em ambas as regiões foram encontrados vestígios de ocupação humana desde cerca de 11 000 anos antes do presente.

Na Serra do Cipó, os ocupantes mais antigos desse espaço habitaram o Grande Abrigo de Santana do Riacho utilizando o sítio como espaço funerário. Foram encontradas mais de 30 pessoas (mulheres, homens e crianças, com diferentes idades) sepultadas entre 10 000 e 8 000 anos antes do presente. Esses corpos eram depositados diretamente na terra, dentro de covas profundas, em algumas situações cobertas de blocos. A maioria dos indivíduos que foram encontrados, estavam deitados lateralmente, com pernas e braços dobrados e com pigmento avermelhado no corpo, o que pode indicar rituais funerários entre os povos originários.

Estudando as formas de seus crânios e corpos, foi possível perceber que eram pessoas de porte físico pouco robusto, embora com indicações de boa nutrição e saúde. Compunham a mesma população a que pertencia a Luzia, o mais antigo esqueleto humano da América encontrada na Lapa Vermelha de Pedro Leopoldo

¹³ Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG.

(Isnardis e Prous, 2019, p.14-15).

Nesse período histórico, entre 11 600 e 8.800 anos antes do presente, foram produzidos, no Grande Abrigo, diversos instrumentos feitos em cristal de quartzo e em quartzito, rocha dominante da área. Os instrumentos encontrados neste sítio são bastante diferentes do Rio Peruaçu, como também de boa parte do Brasil Central onde há sepultados e abrigos referentes ao mesmo período (Isnardis e Prous, 2019, p.16). Essa realidade evidencia a diversidade das tecnologias usadas por esses povos para produzir suas ferramentas. Os pesquisadores puderam identificar que, há cerca de 8 000 anos, já havia pluralidade cultural, como práticas funerárias diferentes, tecnologias e particularidade entre os povos do centro-oeste e sudeste do Brasil.

Na Lapa do Caboclo de Diamantina o abrigo foi construído em uma rocha quartzítica, com paredes cobertas de pinturas que representam principalmente animais (ou espíritos)¹⁴, entre os quais predominam os cervídeos (veados). Essas pinturas representam uma grande quantidade de antropomorfos, figuras geométricas e sinais diversos. Os desenhos encontrados, foram feitos com cores: vermelha, obtida do mineral hematita (óxido de ferro) e usada com tonalidades diferentes que variam do vermelho claro ao escuro; amarela, extraída do mineral goetita; branca, fabricada com gipsita ou kaolinita; cinza, composto de hematita misturada com kaolinita, também substâncias minerais. A cor preta era feita com substâncias orgânicas, obtida com a trituração e queima de ossos de animais.

Por fim, o último abrigo tratado na exposição fica localizado no Vale do Rio Doce e é o Sítio Florestal II. Nesse espaço foi possível encontrar uma grande diversidade de cerâmicas, denominadas como tupiguarani. Essas cerâmicas eram decoradas com grafismo e serviam ao armazenamento de bebidas fermentadas, panelas para cozinhar ou usadas como urnas funerárias para enterrar os mortos.

Como a habitação dessa população durou pouco tempo, os pesquisadores encontraram facilidade para compreender melhor como viviam seus moradores, pois foram encontradas tralhas domésticas de cerâmicas inteiras e preservadas. Também foi possível conhecer como as panelas, bacias, moringas e tigelas eram usadas no dia a dia. No mesmo sítio ainda havia pedras lascadas correspondentes a instrumentos cortantes e com dentes que serviam de

¹⁴ Acredita-se que esses povos representavam suas divindades por meio desses desenhos como um código de comunicação com a sua ancestralidade por essas pinturas. As representações dos espíritos são representativas da forma como eles construam a realidade. Nas cavernas de Lascaux, na França, existem imagens de bisões que eram alvejadas com flechas e lanças. Isso pode indicar um ritual no qual se matava o espírito do animal antes de saírem para a caçada. Como tudo tem espírito no mundo, tudo faz parte de um cosmos e toda morte tem seu significado, diferente do capitalismo onde a comida é produto.

ralador para fabricar farinha de mandioca.

Outra pesquisa importante que trabalha com os vestígios históricos encontrados em Minas Gerais foi a desenvolvida por Maria Resende, Cristiano Sales, Leonardo Rocha e Patrícia Santos (2014, p.44). Nessa investigação se evidencia o papel ativo e fundamental das populações indígenas no contexto do processo de construção dos caminhos reais. Também foi identificado uma vasta concentração de painéis com representações rupestres existentes no entorno da “Estrada Real” que comprovou que esse caminho foi construído desde, no mínimo, 8000 antes do presente (Resende; Sales; Rocha; Santos, 2014, p.46). Partido do conceito de “lugares de memória”, proposto por Pierre Nora, os pesquisadores consideram que a região articula três elementos relevantes: o material, o simbólico e o funcional. Assim:

Estabelece-se como material, na medida em que existe efetivamente, ocupada há milênios por populações indígenas de culturas diversas e apropriada ao longo das relações sociais. No âmbito funcional, deixou de centralizar a história da movimentação econômica, cultural e social em torno da mineração e assume contemporaneamente um caráter turístico. Por fim, é simbólica devido ao seu caráter imaterial, uma vez que está impregnada de simbologias, significados, imaginários e subjetividades dos múltiplos grupos sociais (Resende; Sales; Rocha; Santos, 2014, p.51).

As pesquisas arqueológicas aqui apresentadas demonstram a complexidade dos povos que habitavam essa região de Minas Gerais. Vale apontar que essa diversidade cultural promoveu a aproximação entre os povos, nem sempre de forma pacífica, uma vez que entre os povos se estabeleceu rivalidades e confrontos. Com a colonização, os diferentes grupos reunidos em um aldeamento tiveram amplificados esses conflitos motivados pela demarcação dos espaços, disputa de poder pela chefia, distribuição de gêneros e recursos materiais para sua comunidade, como aponta Adriano Paiva (2012,p.17). Esses conflitos, antes e depois da colonização, evidenciam uma experiência histórica complexa, marcada pelo compartilhamento de uma vasta diversidade populacional presentes na região mineira.

Em suma, as pesquisas arqueológicas buscaram entender o modelo de sociabilidade estabelecido com o espaço natural, tendo como diretriz a análise das experiências compartilhadas e, sobretudo, as especificidades dos diferentes grupos da região mineira por meios dos vestígios materiais. Os fragmentos são carregados de conhecimento que permitem entender o mundo antigo e relacioná-lo com outras temporalidades, incluindo-se aqui a inaugurada com a colonização. Não obstante esses esforços, diversas lacunas não são

preenchidas, de onde a importância do resgate da memória, quase atemporal, promovido pelo relato dos povos indígenas da região, conforme foi apresentado no segundo capítulo e que receberá novas considerações a seguir.

4. MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E RESULTADOS DO ESTUDO DE CAMPO

Para identificar e compartilhar com os alunos as sabedorias dos povos originários, é necessário utilizar novos parâmetros para pensar a construção do conhecimento, como por exemplo, as fontes e as práticas didáticas a serem usadas em sala de aula no ensino de História. Para isso, o presente trabalho busca apresentar novas abordagens no ensino de história do Brasil, antes do processo de colonização que adote diferentes perspectivas sobre os materiais educativos.

Um exemplo de material educativo que pode ser usado em sala de aula como fonte de ensino dos povos originários são os instrumentos e as técnicas indígenas presentes em pedras esculpidas para ser usada em ferramentas ou utensílios domésticos, como facas. Sabe-se que a maioria das ferramentas e instrumentos eram fabricados a partir de materiais como madeiras, palhas, conchas, ossos, dentes, cerâmicas e pedras. Entre essas estão o sílex e o quartzo eram percutidos por um batedor que fornecia lascas mais cortantes. Essas facas eram polidas para serem usadas para raspar, cortar, serrar ou até mesmo furar. Outras matérias como o diabásio eram preferidos para fornecer lâminas de Machado com gume polido, menos cortante, porém com mais técnica de lascamento.

Já das conchas e dos ossos eram fabricados plainas para trabalhar a madeira, anzois, pontas de dardo e adornos. Sementes e vegetais também fornecem contas para colares e pulseiras. As armas eram geralmente fabricadas com madeira, sendo que as setas eram feitas com pedra lascada ou ossos. Cestas e redes eram feitas com fios de algodão ou fibras vegetais mais resistentes.



Fonte: Foto da autora

As técnicas de fabricação que existiam antes do período pré-colonial eram muito criativas e complexas. A habilidade de utilizar a natureza como fonte primária mostra a sabedoria que os povos originários tinham antes da invasão portuguesa. Os arqueólogos Andrei Isnardi e André Prous (2019, p.22) constataram que as populações do litoral do sudeste e nordeste, assim como os povos parentes de Minas Gerais, decoravam suas vasilhas com texturas e pequenos relevos na pasta fresca das cerâmicas ou com pinturas geométricas de grande sofisticação, as quais possuíam uma grande diversidade de tamanhos e formatos de objetos.

Nota-se que os conhecimentos desses povos foram incorporados também na cultura ocidental, como por exemplo a rede de dormir que depois desse contato com o mundo atlântico começou a ser usada pelas marinhas do mundo ocidental (Isnardis e Prous, 2019, p.18). Assim como raladores e tipiti, instrumentos para processar alimentos venenosos tais como a mandioca, e outras técnicas ordinárias de pesca, como a pesca com pequenas redes. Outros instrumentos de pesca eram fabricados com madeira, fibra vegetal, ossos, dentes de animais e conchas, como as flechas, enquanto os anzóis eram feitos de espinhos. Muitos também decoram seus utensílios com pinturas e desenhos que representavam animais aquáticos ou símbolos sagrados para o povo.

É importante considerar a pesca como uma expressão cultural para diversos povos indígenas. Muitos povos criavam e ainda criam músicas e danças inspiradas na pesca, imitando os movimentos dos peixes e dos pescadores, ou celebrando as conquistas e as dificuldades da atividade. Também são construídas histórias e lendas sobre os peixes e os outros seres do mar, explicando sua origem, seu comportamento, sua relação com os humanos e sua importância para o equilíbrio da natureza (Epeixão, 2020, p.1) . Exemplo dessa relação, se encontra na etnia Krenak que vive na beira do “Watú Nék” (nome do Rio Doce para os Krenak). A história de origem do seu povo e a sua cosmogonia está ligada ao rio.

Diante disso, entendendo que o ensino de História e Culturas Indígenas é um campo de conhecimento que possibilita reflexões e debates que questionam a influência do colonizador na sociedade, é necessário romper com a colonialidade nas práticas pedagógicas. Por isso, o debate desse projeto propõe uma abordagem no ensino de História a partir de uma superação de estereótipos e incorporação dos conhecimentos e tradições indígenas na Educação Básica. Por esse ângulo e entendendo os desafios da implementação da Lei 11.645/08, se torna emergente a construção de algo novo no ensino de História que possibilite ao professor - que não teve acesso à discussão ou uma especialização no ensino da educação étnico racial - desenvolver planos de aulas, materiais didáticos ou discussões sobre a temática a partir de trabalhos, desenvolvidos por outros pesquisadores, que demonstrem o passo a passo da proposta educativa.

Cabe apontar também que o presente trabalho visa discutir e propor um ensino sobre a história pré-colonial através do método da etno-história¹⁵ para restaurar e ressignificar a transmissão de conhecimento sobre a história dos povos originários no ensino formal. A partir dessa metodologia de pesquisa, busca-se a compreensão e representação dos povos indígenas sobre sua própria história por meio da sua epistemologia em conjunto com a sua historicidade. O uso do método da etno-história , ocorre pois o trabalho objetiva-se com a uma proposta que visa entender o sentido próprio de auto-concepções construída pelo povos originários a partir dos seus parâmetros, em especial a população originária da região dos Inconfidentes, os Borum-Kren.

É importante apontar que o desenvolvimento da pesquisa do trabalho e da proposta didática utilizou-se do conceito de alteridade, pois objetivou-se entender a cultura indígena

¹⁵ A etno-história é uma metodologia interdisciplinar que combina a pesquisa etnográfica com fontes históricas, orais, materiais e outras fontes para entender a cultura de um povo a partir dos seus próprios parâmetros.

como diferente e complexa. Desse modo, segundo Silvio Gallo (2019), a educação contemporânea precisa ser repensada a partir da diferença, pois diferente da educação moderna que foi produzida em um contexto histórico que tomava o outro como conceito, essa proposta educacional visa promover uma educação pelo outro a partir do autoconhecimento, assim evidencia:

Educação pelo outro, uma vez que se a educação é uma mudança de estado, se o aprendizado é a passagem do não-saber ao saber (Deleuze, 2006, p. 238), este movimento é feito pela mediação do outro, seja este outro uma singularidade (um professor ou um amigo, por exemplo) ou uma coisa qualquer (um livro, um filme, uma ideia capturada ao léu...). O momento da passagem do não-saber ao saber é um acontecimento, um momento infinitesimal que dura uma eternidade. Um tempo que é da ordem do intensivo (que Deleuze chama de Aion), que não pode ser medido, cronometrado.

Pensar e produzir o processo educativo na ordem do acontecimento significa desmontar a lógica da educação representacional moderna. Significa abdicar do objetivo de formar o sujeito, a consciência, o indivíduo. E investir na produção de singularidades, que, como mostrou Deleuze em *Lógica do Sentido*, são impessoais e pré-individuais. São impessoais exatamente porque, sendo singulares, são múltiplas. Cada singularidade é a dobra do eu no outro e do outro no eu. O processo educativo, assim, só pode ser imanente, relativo ao grupo e dependente daquele grupo, sendo irrepetível. Ou melhor, uma experiência educativa assim pensada pode ser repetida, mas gerará diferença, não o mesmo (Gallo, 2019, p.15).

Dessa forma, o uso da alteridade nessa atividade se justifica pela capacidade de buscar entender os elementos envolvidos na construção da história indígena para conseguir transmitir esse conhecimento para um aluno não indígena por meio do respeito, aproximação e valorização. Além disso, busca-se entender a história do território mineiro como um espaço originário anterior ao processo de colonização, ao compreender essa memória como um processo de continuidade no presente.

Para buscar entender mais o objeto de estudo, a partir do método da etno-história, foram realizadas diversas atividades de campo a partir da observação e vivência da cultura indígena. No período de Abril a Julho de 2024, houve a participação do grupo de estudos Jagy Nack que se dedica à investigação da comunidade Borum-Kren. O grupo visa fazer um trabalho etnográfico e histórico a respeito dos elementos que compõem o cultivo da terra, bem como da história, materialidade, lenda, espiritualidade e fazeres desse povo.

Ana Deus (2023, p.11) explica que a nomenclatura “Borum/Krai” está associada aos Botocudos. É necessário frisar que o termo Botocudo contém uma forte carga pejorativa. Trata-se de uma designação criada pelos portugueses pelo fato desse povo utilizar ornamentos nos lábios e orelhas, os botoques. Por conta da memória coletiva, o povo Borun Kren, cioso do seu nome, desenvolveu um movimento de ressurgência que visa resgatar o seu território ancestral na região de Ouro Preto e Mariana.

Dessa forma, buscou-se por meio da participação do grupo de estudos entender a importância desse movimento, como também a construção de uma escrita da história que parte de uma observação em conjunto com outros trabalhos desenvolvidos, como o da Ana Deus (2023) e a produção do documentário do coletivo Jagy Nack, que está sendo desenvolvido, para analisar a cosmogonia desse povo.

Para além disso também, foram analisadas as produções acadêmicas de pessoas pertencentes ao povo, como Gabrielle Ferreira (2024) que possui uma dissertação voltada para o resgate do seu povo por meio da bio-arqueologia. Na sua investigação, Ferreira utiliza-se o método de pesquisa da bio-arqueológico para analisar os sepultamentos encontrados em Minas Gerais. Em sua pesquisa, Ferreira conta que em suas escavações ela encontrou sua ancestral, Nimu Borum, uma criança encantada, no sítio arqueológico Lapa do Caboclo, localizado na região da cidade de Diamantina, no Planalto Meridional do Espinhaço. Nimu, estava dentro de um tronco de árvore de Pau Santo entre cascas de tchone, couros de animais e pintada de vermelho. O trabalho é constituído pelo relato de Ferreira nesse processo que escavação de uma ancestral e o seu caminho como uma indígena arqueóloga (2024, p.08).

Ainda em andamento, Matheus Arcanjo desenvolve uma pesquisa de mestrado em antropologia na UFMG sobre a retomada da memória ancestral do povo Borum-Kren, dessa maneira, as colocações sobre sua pesquisa discutidas no grupo de estudos foram anotadas e consideradas para o desenvolvimento da pesquisa.

Durante a participação das atividades de campo houve bastante dificuldades para entender a complexidade que envolve a história do povo Borum-Kren, tendo em vista que o povo se encontra em processo de retomada e as pesquisas produzidas sobre essas memórias, ainda se encontram em desenvolvimento. Dessa maneira, optou-se por entender esse movimento de resgate por meio de fontes que estão sendo resgatadas pelo próprio povo para reconstruir essa memória, como os saberes da Terra, técnicas de pescaria, ferramentas, tecnologias de fabricação de flechas, artesanato e grafismo para construir a proposta didática apresentada.

Também houve a participação em alguns eventos organizados pelo povo Borum-Kren como a intervenção no Festival de Inverno em 2023 e a atividade em comemoração ao mês dos povos originários em Abril de 2024.

Intervenção realizada pelo povo Borum-Kren no Festival de Inverno em 2023



Atividade realizada no 1º de Abril de 2024



Foto: Autora

Assim, como parte integrante da análise de campo, foi desenvolvido uma atividade com os alunos da ONG Casa Lar Estrela, localizada na cidade de Mariana. Essa atividade foi desenvolvida na pista de caminhada entre Mariana e Passagem de Mariana. A escolha do espaço almejou evidenciar locais alternativos à sala de aula, especialmente quando o conhecimento a ser transmitido pede um contato estreito com a natureza por tudo aquilo que já foi apresentado nos capítulos anteriores.

O espaço foi escolhido para proporcionar uma conexão mais profunda com a natureza, explorando os saberes da terra e dos animais. A pista, sendo um local aberto e amplamente frequentado para atividades físicas, apresenta uma oportunidade única de incorporar os conhecimentos indígena Borum-Kren, povo originário da região, sobre preservação e respeito com a fauna e flora. Por meio dessa perspectiva, a atividade buscou relacionar os mundos micro e macro entre os seres humanos e a natureza, evidenciando a interdependência que une esses universos ao promover um contato direto que estimula sentimentos de respeito e cuidado. Ao proporcionar momentos de reflexão e interação com o meio ambiente, busca-se despertar nesses participantes uma sensibilidade mais profunda em

relação à preservação da fauna e da flora presentes na cidade de Mariana.

Além disso, a oficina visou contribuir para a formação de uma consciência ambiental sólida, fundamental para que essas crianças e jovens possam compreender seu papel como agentes de transformação no cuidado com o planeta. O contato com a natureza também oferece benefícios terapêuticos e educacionais, auxiliando no desenvolvimento emocional e promovendo uma visão integrada dos ciclos naturais e das interações entre todos os seres vivos.

Essa iniciativa teve um potencial de ir além da sensibilização, cultivando valores de sustentabilidade e responsabilidade que podem impactar positivamente suas vidas e a comunidade ao redor. A atividade reforça a importância de reconectar-se com os saberes da terra e das tradições locais, trazendo uma perspectiva mais inclusiva e harmoniosa sobre a coexistência entre humanos e o ambiente natural.

No primeiro momento, foi realizada uma caminhada na qual foi pedido para os alunos fazerem um exercício de observação do espaço e da paisagem ao longo do trajeto.

Atividade realizada com os alunos da Casa Lar Estrela



Fonte: Autora

O intuito desse exercício foi desnaturalizar a paisagem, considerando-a como parte de um

processo histórico, que não está totalmente desatrelado ao passado dos povos originários. Depois dessa explicação foram feitas diversas perguntas que estimularam os alunos a perceber a natureza como um ser vivo e mutável. Perguntas como: Você acha que a Terra escuta? A árvore sente dor? O que podemos aprender com as formigas? A floresta é um mundo? Existem mundos? As plantas podem curar, como?. Muitas dessas perguntas surgiram na hora da atividade. Após esse estímulo e a conversa estabelecida com as crianças, foi introduzido a discussão sobre a história do povo Borum-Kren e a sua relação de respeito pela natureza.

Foi possível entender essa relação da memória indígena com a história local tendo em vista que essas crianças são moradoras da cidade de Mariana. Durante a atividade buscou-se resgatar a história do nome do povo, suas técnicas de polimentos de pedra ao mostrar algumas fotografias de ferramentas, flechas e outros objetos. Também foi apresentado os artesanatos, frutos e plantas utilizadas pelo povo Borum-Kren, como o urucum e o jatobá, sementes de Teto Carolina (usado para fazer acessórios e vestimentas sagradas), entre outros aspectos como a casa de alguns animais, como o formigueiro e o cupinzeiro. Nessa parte da explicação também buscou-se trabalhar a memória da infância das crianças, como as vezes que eles iam na cachoeira ou até mesmo quando brincavam com a terra.

Após essa explicação, foram discutidos os problemas causados pelo mundo colonial que rompeu a relação de respeito com a natureza que existia antes do processo de colonização na região. Para auxiliar essa tarefa, foi realizada uma leitura em roda do livro *A cura da Terra* (2019). Todos os alunos participaram da atividade e mostraram interesse em entender mais sobre a Mãe Terra como um ser vivo. No final da atividade um dos alunos comparou a cidade de Mariana com um aglomerado de formigueiros que estava perto da árvore onde foi realizada a roda de conversa e leitura. É interessante ver como a imaginação do estudante interage com o conhecimento ensinado e quanto a percepção da natureza permite acesso a um saber construído em interação com o natural.

Como resultado dessas atividades, foram construídos dois produtos, sendo estes: um podcast no canal da Rádio Plural no Spotify no programa Visão de baixo, episódio 1 “Ancestralidade e Sabedoria Indígena”¹⁶, e um artigo apresentado no IV Seminário Internacional de História e Educação, cujo tema era “Contextos, desafios e perspectivas na formação docente na América Latina”.

¹⁶ Disponível em:

https://creators.spotify.com/pod/show/rdio-plural/episodes/VISO-DE-BAIXO-1_ANCESTRALIDADE-E-SABEDORIA-ORIGINRIA-e2ij375/a-ab6cih27

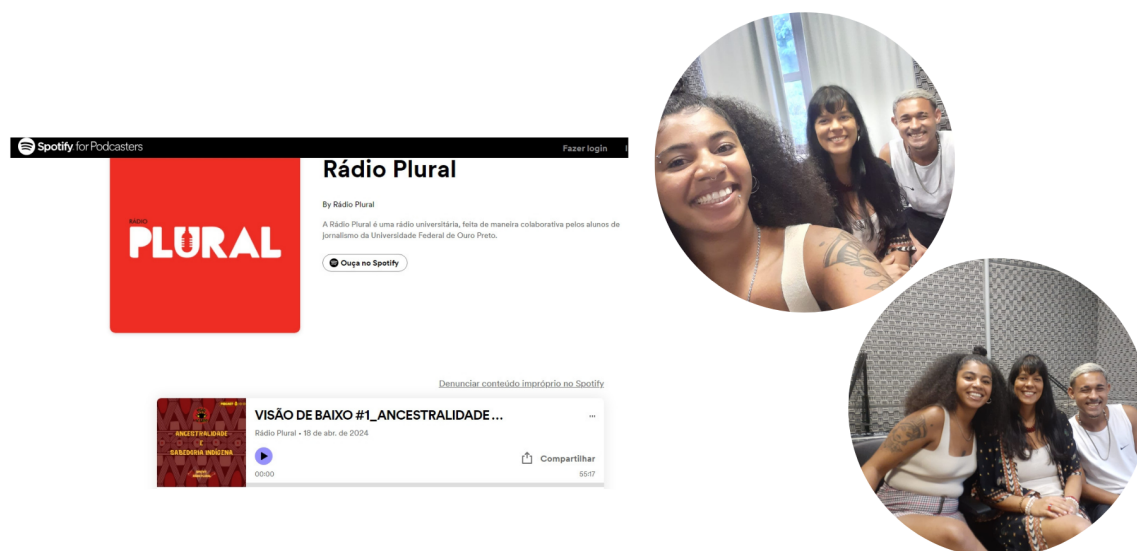


Foto: Autora

A produção do podcast buscou contribuir com a visibilização do silenciamento e apagamento das sabedorias ancestrais. Para isso, foi realizada uma entrevista, com a participação do estudante de História Vitor Rocha Damasceno, com a professora do Departamento do Serviço Social-UFOP, Keko Raquel Pataxó. Keko é Membro do “Coletivo Parentes” e integrante do “Grupo de Pesquisa de Indígenas Mulheres Wayrakuna-Movimento Plurinacional de Indígenas Mulheres e da Wayrakuna- vinculado a UNEB/CNPQ”. Keko Raquel Pataxó, além de ser uma pessoa originária, é também uma pesquisadora da temática. Dessa forma, o programa visou apresentar a relevância da cosmovisão étnica indígena na

construção do conhecimento acadêmico sobre os parâmetros autobiográficos de uma mulher indígena que está inserida no processo do registro escrito e da luta pela legitimação da sabedoria originária.

O programa justificou-se pela necessidade de entender a importância da retomada indígena como um processo em curso de luta pela terra, saberes e modo de vida. O episódio visou também, por meio da realidade experiência da convidada, entender a importância de legitimar a sabedoria originária em diversos espaços de ensino, como o ensino superior. Dessa forma, entendendo a importância do debate para o mês de Abril de 2024, o intuito do programa buscou dar visibilidade à luta pela preservação da sabedoria indígena na tentativa de criar um espaço de diálogo dentro da universidade que discuta o racismo e o epistemicídio sofridos pela sabedoria orgânica, ainda presente nas instituições de ensino superior.

Já o artigo partiu da proposta do presente trabalho, porém tendo como recorte analítico do uso do grafismo do povo Asurini. O artigo¹⁷ foi fruto da pesquisa realizada, tendo em vista que partiu das discussões e da experiência de campo. O objetivo do artigo era promover um debate acerca da importância da construção de um ensino decolonial que busque romper com a narrativa colonialista acerca da história brasileira. Em consonância, criou-se a proposta de aula que utilize a arte educação por meio do grafismo indígena presente no povo Asurini Trocará, como uma ferramenta didática para o ensino de história pré-brasil para alunos do 6º ano do ensino fundamental. A metodologia utilizada foi da etno-história que visou apresentar o grafismo como uma fonte histórica a partir da epistemologia indígena e longe dos paradigmas coloniais. Sendo assim, o uso da arte nessa proposta se dispõe a criar uma didática inclusiva que parte de outras maneiras de se ensinar história no ensino tradicional, como as técnicas, simbologias e os desenhos presentes na arte corporal indígena, por meio do grafismo.

Evidenciar esses ensinamentos ancestrais silenciados nas salas de aulas convencionais, por serem categorizados como irracionais, é uma forma de apontar a presença indígena a partir dos fragmentos históricos da natureza presente no cotidiano. Ana Laudelina Gomes (2017) explica que a invisibilidade de outras cosmovisões opera a partir de uma colonialidade que silencia outras alternativas teóricas, e

¹⁷ Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisseminariodehistoriaeeducaca/article/view/1635>

DECLARAÇÃO

Declaramos que o artigo intitulado **"O USO DA ARTE EDUCAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL"**, de autoria de **Luana Brunely da Silva**, foi apresentado e aceito para publicação nos anais do evento. O artigo será publicado com o ISSN **2965-0666** e estará disponível no seguinte link: <https://revistas.cceinter.com.br/anaisseminariodehistoriaeeducaca> a partir de 30 de setembro de 2024.

Florianópolis, 05 de setembro de 2024

Atenciosamente,

EWERTON DA SILVA
FERREIRA:43909079
806

Assinado de forma digital
por EWERTON DA SILVA
FERREIRA:43909079806
Dados: 2024.09.05 11:39:03
+03'00'

Prof. Me. Ewerton da Silva Ferreira
Presidente da Comissão Organizadora do IV Seminário Internacional de História e Educação

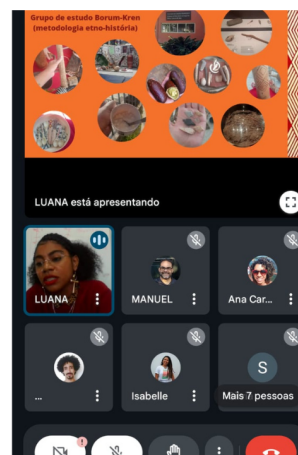


Foto: Autora

epistemológicas e práticas de transmissão de conhecimento¹⁸. Contra esse apagamento promovido pela racionalidade estratégica e consolidação do conhecimento moderno, se faz necessário pensar e propor em sala de aula outras cosmovisões e transmissão de conhecimentos que rompam com o paradigma colonial em ambientes que não são exclusivamente os da escola indígena. Uma dentre outras, a vantagem dessa proposta, consiste em aproximar os conhecimentos indígenas dos conhecimentos modernos promove a oportunidade do reconhecimento do outro por meio da empatia e da valorização das diferenças. Por meio de exercícios da alteridade, busca-se o compartilhamento de outras narrativas que valorizem e confirmem visibilidade a outras práticas não hegemônicas de conhecimentos.

Vale ressaltar também que essa proposta didática também possibilita o professor a desenvolver diferentes formas de transmitir o conhecimento em sala de aula, considerando que novas formas de se ensinar precisam ser valorizadas e produzidas no ambiente escolar. Nesse sentido, Pedro Chaves (2021) elucida a importância de propor uma epistemologia do sul¹⁹ que possibilita não só uma reparação histórica ao evidencia o processo disputa de poder que produz silenciamento na narrativa sobre a História do Brasil, mas também uma proposta de ensino pautada na justiça, que se propõe a reconstruir uma forma de radicalizar atitudes e

¹⁸ Gomes, 2017, p.155

¹⁹ Epistemologia que valoriza os conhecimentos dos povos oprimidos pelo processo de colonização das américas. Tal construção do conhecimento, busca construir uma proposta de ensino que não seja horizontal.

pensamentos a partir de uma perspectiva teórica, ética, política e, sobretudo, humanizadora²⁰.

Essa didática decolonial possibilita ao professor trabalhar como um agente transformador proporcionando ao estudante novas formas de conhecer o mundo em sala de aula. Ou seja, isso significa que o ensino, ao invés de reprodução, deve ser entendido como uma produção de experiências a partir de outras perspectivas de mundo²¹. Logo, a substância do ensino, conforme Alarcão, citado por Chaves, vai além das respostas de “porque ensinar”, “o que ensinar”, mas sim tomar decisões. Ou seja, a didática do professor, requer se perguntar “a quem ensinar”, “onde ensinar”, “por que ensinar” e “para que ensinar”, mas também implica uma interação do sujeito com que está sendo ensinado²².

PLANO DE AULA

- I. **Tema:** Ancestralidade e Território
- II. **Tema específico a ser desenvolvido na atividade.** Os saberes ancestrais imersos no território: legado histórico silenciado no cotidiano.
- III. **Justificativa:** Essa atividade se justifica pela necessidade de criar em sala de aula um espaço inclusivo que incorpore os saberes dos povos originários no processo de ensino e aprendizagem.
- IV. **Habilidade da BNCC:** (EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas). (EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação. (EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.

²⁰ Chaves, 2021, p.110

²¹ Chaves, 2021, p.127-128

²² ibidem

(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços.

V. Objetivo geral:

Promover uma experiência educacional a partir dos vestígios arqueológicos indígenas localizados na região dos Inconfidentes. Trabalhar tecnologias, técnicas para fabricar ferramentas, flechas, artesanato, os rituais envolvidos nesses processos e a relação de respeito e harmonia com a natureza. Apresentar os povos antigos dessa região e o movimento de resgate ancestral no presente que o povo Borum-Kren vem desenvolvendo no território.

VI. Objetivos específicos:

- Valorização da autonomia, auto-inscrição, liberdade e colaboração e reivindicação de formular ações da política-social e memória nacional.
- Transmitir conexões, trajetórias de diferentes sujeitos, existências e prioridades sociais em diferentes espaços comunitários e geográficos do Brasil.
- Desnaturalizar os olhares pejorativos sobre o povo indígena brasileiro como primitivos e selvagens ao apresentar a complexidade que viviam esses povos antigos antes da invasão de 1500, em especial o Povo Borum-Kren que luta na atualidade pelo reconhecimento do seu povo, território e modo de vida na região dos Inconfidentes.
- Demonstrar a existência de outras histórias, fatos e protagonistas de populações que viveram no território mineiro antes do processo de colonização na região.
- Apresentar a história do povo indígena Borum-Kren a partir de uma construção de temporalidade circular que apresenta a população antiga e a sua ligação com esse povo atual que luta pelo resgate dessa tradição e cosmogonia.

VII. *Desenvolvimento do conteúdo*

Duração:

2 aulas de 40 a 50 minutos cada

Primeira parte:

- Aula expositiva presencial
- Atividades interativas, discussões e tais coisas.

A explicação consiste em: No primeiro momento, busca-se apresentar o conteúdo da aula sobre Ancestralidade e Território: . Para isso, é necessário que a professora busque um espaço aberto para mediar o conteúdo. Como a proposta da aula é partir de uma experiência educacional sobre a temática da pré-história do Brasil, em especial, a antiguidade do território do que hoje é conhecido como estado mineiro, sugere-se a realização de uma roda de conversa para trabalhar a transmissão do saber mediante a uma perspectiva originária.

Nessa roda de conversa, busca-se apresentar a história do povo originário antes do processo de colonização. Para isso será necessário buscar alguns registros arqueológicos que estejam disponíveis para serem utilizados como material didático em sítios ou em sites da internet, para encontrar: ferramentas, peças de cerâmicas, restos de alimentos, dentes, pedras que representam as usadas para fabricar as pontas de flechas, ossos e conchas.

Caso seja possível, levar algumas matérias orgânicas como: coquinhos; espigas de milho; sementes de frutas; amendoim; raízes de mandioca; penas de pássaros (sabe-se que esses materiais eram utilizados para fazer brincos e outros acessórios); coloral por ser fabricado a partir do urucum; dentes; pedras entre outros materiais que possam estar relacionados com o território e os povos originários.

Como o acesso a essas fontes é limitado, como sugestão, indica-se a utilização de fotografias impressas na folha A4. A ideia inicial é apresentar a complexidade que era o mundo antigo, isto é, antes do processo de colonização no Brasil, suas tecnologias, modo de vida, sociabilidades, culinária, arte, artesanato. Outro ponto ao qual se deve dar atenção são as cosmovisões do povo Krenak, já apresentadas no presente trabalho. O objetivo dessa parte é tentar conectar a memória desses povos a partir dos vestígios arqueológicos, de modo a fazer com que os estudantes percebam e identifiquem os costumes desses povos.

Durante a explicação é necessário pensar como essas fontes podem reconstruir a memória de um povo no passado? Por exemplo, como a cerâmica pode ser usada para narrar a história das

primeiras populações do território mineiro?

Para isso, será necessário explicar as técnicas que envolviam a produção desses materiais e com qual propósito. Por exemplo, sabe-se que asoringas eram um recipiente usado para guardar líquidos, como até hoje se faz. Logo, essa peça pode informar acerca dos usos cotidianos, mas também sobre a necessidade armazenar água, que poderia ser maior ou menor conforme o ambiente onde viviam os povos indígenas. Além disso, as cerâmicas podem ser suporte para arte em baixo relevo, grafismos e pinturas, o que abre as possibilidades de análises sobre a simbologia do povo, lembrando que muitas urnas funerárias também eram fabricadas com cerâmica (Furnari; Noelli, 2018, p.19).

Neste sentido, também são importantes as pinturas rupestres - como as encontradas nas cavernas no Vale do Peruaçu e no Sítio Espinhaço, bem como as da Estrada Real. A complexidade dos símbolos desenhados nas pedras trazem pistas sobre a questão da espiritualidade, bem como podem ter servido como um mecanismo de transmissão de conhecimento tendo em vista que:

Uma das características da cultura indígena seria a não separação entre música, dança, pintura, rito, religião, história, política etc. Se essas práticas são classificadas em gêneros estanques, em espetáculos, exposições e publicações de obras dos povos originários, isso não provém dos próprios autores, mas obedecem à lógica que estrutura as instituições e também o mercado (Amarante, 2023, p.1).

Após esse momento inicial, o professor pode explorar temas como: a chamada “Guerra Justa” contra os povos Botocudos. Essa guerra promovida pela coroa portuguesa contra os povos originários no território mineiro, foi uma estratégia, juridicamente construída, para controlar e eliminar a população indígena, sob o pretexto de represália, ou melhor, de defesa dos interesses dos colonizadores. Abre-se, assim, uma porta para se discutir a violência do Estado contra os povos indígenas, até os dias de hoje. Esse processo que se iniciou na colonização foi extremamente violento, não apenas por conduzir a guerras, mas também pela anulação do outro por meio do processo de catequização civilização, que afastava o indígena da sua cultura e modo de vida. Este processo promoveu um apagamento étnico no qual muitos povos perderam sua identidade cultural. Exemplo de um povo que passou por esse processo e se encontra na região dos Inconfidentes é a etnia Borum-Kren.

O povo Borum-Kren, na atualidade, está procurando resgatar os modos de vida, saberes e sociabilidades antigas. Esse movimento do povo Borum visa conectar o passado ao presente a partir da busca política de reparação histórica, além de defender o território, lutar contra o

apagamento histórico²³ e afirmar seu modo de vida dentro de uma sociabilidade colonial. Desse modo, é necessário contar como esse processo está sendo construído, tendo em vista que o objetivo dessa atividade não é apresentar esses povos antigos no passado, mas sim a sua continuidade histórica no presente.

No primeiro momento, é necessário contar quais são as localidades que viveram e vivem esse povo. Danilo Borum-Kren, cacique do povo, no documentário “*Ressurgimentos Originários: ligação com o território, 2023*”, aponta que seu povo ocupa a região do Alto Rio Doce, Alto do Rio das Velhas e Paraopeba. Dessa forma, busca-se discutir a memória tradicional que esse povo está se (re)conectando, por meio da oralidade, cotidiano, corpo, saberes da terra, faunas e flora local e vestígios arqueológicos.

Barbara Borum-Kren, aponta que as tradições presentes no cotidiano é uma forma de resgatar essa narrativa, pois para ela essa história está silenciada, mas ela não foi extinta, pois os Boruns ainda estão vivos e esses saberes foram passados de geração para geração²⁴. Assim, as memórias de receitas culinárias, os saberes medicinais, a musicalidade, o modo de agir e viver, são alguns exemplos de como a memória desse passado está sendo reconstruída no presente.

Para se aprofundar na discussão sobre a história desse povo, segue a sugestão de tais documentários: *Ressurgimentos Originários: coletivo Borum-Kren*; *Ressurgimentos Originários: ligação com o território* e *Ressurgimentos Originários: dificuldade de ser* (2023). Todos disponíveis no canal do *LEIA Observatório Ambiental*, disponíveis no YouTube.

VIII. Desenvolvimento da última parte do conteúdo:

Nesse segundo momento é proposta uma atividade avaliativa com os estudantes. Para realizar essa atividade será necessário um preparo antes da aula. A proposta avaliativa visa construir uma experiência arqueológica sobre o período pré-colonial no Brasil. Para isso, será necessário utilizar: ossos, sementes de frutas, cascas secas de verduras, pedras, madeiras entre outros objetos naturais. A ideia é criar um ambiente a ser escavado, onde uma área era usada para o beneficiamento de alimentos, em outro lugar para a produção de instrumentos de pedra,

²³ Por muito tempo acreditava-se que a população originária da região dos Inconfidentes havia sido extinta. Muito desse pensamento foi reafirmado ao longo do tempo, tendo em vista que essa população era nômade e não tinha um assentamento fixo. Por isso e com o processo de apagamento provado pela colonização, acreditava-se que essa população não existia mais na contemporaneidade.

²⁴ Discurso proferido no documentário, “*Ressurgimentos Originários: ligação com o território, 2023* disponível em: [BOLSA-REPORTAGEM | Ressurgimentos Originários: ligação com o território \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=BOLSA-REPORTAGEM)

em outro a presença de cacos de cerâmica e posteriormente, pedir para os alunos, com o auxílio de uma luva e um pincel, encontrar esses materiais. Para isso, é necessário separá-los em duplas ou trios para encontrar tais objetos e criar interpretações sobre a utilidade dos mesmos considerando o ambiente em volta.

Depois que os alunos encontrarem esses objetos, será pedido para que eles recontem a história de um povo do passado tentando reconstruir a memória desse povo a partir desses utensílios. O objetivo dessa atividade é fazer com que os alunos, a partir da imaginação, criem uma sociedade estruturada a partir de uma relação de respeito e harmonia com o ambiente natural. Os alunos podem criar um pseudônimo para esse povo, supor como esses materiais podem ser usados no dia a dia como, por exemplo, o osso afinado com um furo na extremidade pode ter sido usado para fabricar roupas as pedras lascadas podem ter servido como ferramentas e assim por diante. A ideia inicial é estimular a imaginação e a construção do pensamento indiciário nos alunos para que eles possam construir hipóteses sobre as populações antigas e não primitivas. Outra atividade avaliativa consiste em construir um modelo de sociabilidade que não explore a natureza, a partir dos ensinamentos aprendidos com os povos originários.

Recurso didático: luva; terra; ossos; penas; sementes; cascas secas de verduras; pedras e argila.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao incorporar os saberes ancestrais indígenas presentes nos vestígios arqueológicos no território mineiro no ensino de História pré-colonial, essa proposta didática visa identificar a pluralidade de identidades indígenas além de valorizar apresentar o movimento de resgate da memória e cosmogonia Borum-Kren na região dos Inconfidentes.

É importante apontar, que essas outras epistemologias tradicionais, como a dos povos originários, possibilitam que o ensino de história parta de outras experiências sensoriais para entender o que está sendo estudado, como o corpo, o olfato, a visão, o tato. Dessa maneira, ao valorizar outras experiências no ensino de História pré-colonial brasileiro, o educador assegura ao não indígena, o contato com a cultura estudada por meio da alteridade ao entender o outro como diferente e não como inferior.

Logo, entender o modo de vida das populações que viveram no território brasileiro antes do processo colonial, é importante pois busca-se apresentar uma narrativa que coloca essa população como protagonista de sua história e tirar seus saberes da invisibilidade.

Diante disso, assim como o arqueólogo, o papel do professor de história é de buscar esses vestígios soterrados na narrativa colonial sobre a história do que hoje se entende como território brasileiro para reconhecer o passado dos mais de mil povos que habitavam nessas terras. Além disso, a partir de outras epistemologias, busca-se entender outros paradigmas que possibilitam a construção de uma educação democrática que valorize a pluralidade no ensino. Sendo assim, uma educação que parta de práticas pedagógicas de resistência que problematize a realidade do estudante, se torna uma ferramenta de aprendizagem importante no processo de transformação social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. **Um Encontro com a Didática: para uma Didática que Redimensione o Profissional Professor**. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 27-36, sep. 2012. ISSN 2316-3852.

BARRETO, Marcos Pinheiro. **A MATA ATLÂNTICA E O ENSINO DE HISTÓRIA: da pré-história ao período colonial brasileiro**. Movimento-revista de educação, Niteroi, ano 4, n.6, p.272-305, jan./jun. 2017.)

BOLOGNESI, Luiz. **Guerras da Conquista** in. Guerras do Brasil.doc. Netflix, 26 min. SP, 2018.

BORUM-KREN, Bibi Nhatarâmiak. **Nimu Borum: Nan Brukuku Tchone**. 2024. Dissertação (Mestrado/Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa**. São Paulo: Scielo, 2011. p. 1-23.

CERTEAU, Michel de. **A Operação Historiográfica. In: A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

CHAVES, Pedro Jônatas . **Didática, decolonialidade e epistemologias do sul: uma proposta insurgente contra a neoliberalização do ensino escolar e universitário.** 1 ed. Editora CRV.2021.

CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. Na biblioteca:

DEUS, Ana.Laura. **A presença indígena nas Minas Gerais.** ebook- 1 edu. Minas Gerais: Mariana, 2024

FERREIRA, Rafael Otávio; SOUZA, Alicy Madeira. **Saberes ambientais nos livros indígenas: uma proposta de educação ambiental a partir das árvores,** Revista Engenharia de Interesse Social • ano 5, v. 5, n. 6, p. 97 – 115 • jul.-dez., 2020.

FLORES, Barbara Borun Kren. **O que o feminismo e o ambientalismo podem aprender com as lutas de indígenas e mulheres e o bem-viver?.** Ponta Grossa: Coleção Retomadas, 2023. p.48-74.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil: as origens do homem brasileiro – O Brasil antes de Cabral; descobertas arqueológicas recentes.** 4,ed, São Paulo: Contexto, 2018.

GALLO, Silvio. **Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença.** Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

JECUPÉ, Kaká Werá, **A terra dos mil povos: História indígena do brasil contada por um índio; ilustrada-** 2 ed.- São Paulo: Peirópolis, 2020.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica.** In. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.) 2. Ed. O Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p.167-218.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Pedagogia decolonial e didática antirracista** -II COPENE SUDESTE em 01 de março de 2018.

PAIVA, Adriano Toledo. **Os Indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais** (1767 – 1813). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p.208.

PROUS. André; Isnardis.Andrei. A. **A Diversidade em contextos arqueológicos indígenas de Minas Gerais ao longo dos últimos quatorze mil anos**. 1.ed.Grafiön Estúdio Editorial, 2019.

RESENDE. Maria Leônia; Sales.Cristiano Lima; Rocha. Leonardo Cristian; Santos.Patricia Palma.**Estrada Real: um “lugar de memória” dos povos indígenas** .Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História - UFSJ Número #5 - 2014 - ISSN: 15168727.

SILVA, Luana Brunely da. **O uso da Arte educação no ensino de história pré-colonial**. ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 01–15, 2024

SILVA, Luana Brunely da; DAMASCENO, Vitor Rocha. *Visão de Baixo #1: Ancestralidade e Sabedoria Originária*. Rádio Plural, podcast, 2025. Disponível em: Spotify.